I - BRÁULIO GABRIEL GUSMÃO, Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (art. 40, I, XII e XIII, da Resolução CSJT n.º 185/2017), que o coordenará;

VIII - ANDRÉ CAVAS OTERO, Advogado da União (art. 40, VIII, da Resolução CSJT n.º 185/2017);

X - CLÁUDIO LUIDI GAUDENSI COELHO, Secretário-Geral Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho (art. 40, X, da Resolução CSJT n.º 185/2017);

XI - FRANCISCA BRENNIA VIEIRA NEPOMUCENO, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (art. 40, XI, da Resolução CSJT n.º 185/2017)." (NR)

Art. 2º Republicue-se o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 17, de 24 de março de 2023, com as alterações promovidas por este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Presidente

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 32, DE 2 DE JUNHO DE 2025.

Altera o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 63/2024, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no Tribunal Superior do Trabalho e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando que, em 30 de maio de 2025, havia 500.240 (quinhentos mil, duzentos e quarenta) processos pendentes de julgamento no Tribunal;

considerando que há 143.462 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta e dois) agravos pendentes de julgamento na Corte,

R E S O L V E

Art. 1º Alterar os parágrafos 1º, 2º, 3º e 6º do artigo 7º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 63/2024, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A cada servidor será atribuída uma cota extraordinária semanal de processos, nos seguintes termos:

I – para cota cheia, será atribuída a quantidade mínima de 10 (dez) processos, sendo 2 (dois) relacionados à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça; e

II – para meia cota, será atribuída a quantidade mínima de 5 (cinco) processos, sendo 1 (um) relacionados à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça.

§2º Caso o Gabinete não possua processos relacionados à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, a cota constante do § 1º deverá ser composta no mínimo por 20% de processos na fase de execução.

§3º O limite total mensal do somatório das cotas semanais extraordinárias deve corresponder, no máximo, a 30% do número de processos solucionados por decisão monocrática ou liberados para pauta no mês pelo Ministro Relator.

(...)

§6º A elaboração de minuta de voto para Embargos de Declaração não poderá ser incluída na cota semanal extraordinária. São admitidos Agravos e Agravos Regimentais, desde que a decisão monocrática não tenha sido utilizada previamente na cota extraordinária do mesmo gabinete.”

Art. 2º Republicue-se o Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 63, de 11 de outubro de 2024, com a alteração promovida por este Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato da Presidência CSJT

ATO CSJT.GP.SG.CGCO N.º 48, DE 28 DE MAIO DE 2025.

Institui o Comitê Nacional de Apoio à Gestão de Obras da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a necessidade de aprimorar a gestão de obras, ampliando o controle e monitoramento pelo CSJT;

considerando a necessidade de criação de comitê para atuar como instância de apoio técnico, consoante estabelece o art. 46 da Resolução CSJT n.º 70, de 24 de setembro de 2010;

considerando a necessidade da existência de instância consultiva para os Tribunais Regionais do Trabalho no desenvolvimento de projetos de engenharia;

considerando o Acórdão proferido no Processo CSJT-A-251-22.2022-90.5.000, que tratou de levantamento do grau de maturidade em Building Information Modeling (BIM), no âmbito da Justiça do Trabalho, e determinou a criação de grupo de trabalho para realização de estudos visando à implantação do sistema BIM na elaboração dos projetos de obras da Justiça do Trabalho;

considerando a Resolução CSJT n.º 325, de 11 de fevereiro de 2022, que instituiu a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e

considerando o teor do Processo Administrativo n.º 6022245/2024-00,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Comitê Nacional de Apoio à Gestão de Obras da Justiça do Trabalho (CNGO) para dar suporte técnico e apoio ao gerenciamento das obras da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 2º Compete ao Comitê Nacional de Apoio à Gestão de Obras da Justiça do Trabalho:

- I - propor o estabelecimento de padrões de projetos de construção, ampliação, reforma, adaptação e manutenção predial;
- II - realizar estudos destinados à implementação do sistema Building Information Modeling (BIM) como ferramenta de elaboração de projetos;
- III - propor a padronização de soluções com a finalidade de ampliar a eficiência energética, o uso racional da água e a acessibilidade;
- IV - realizar estudos para aprimorar os critérios e os sistemas de priorização de obras;
- V - propor cursos técnicos para capacitação de servidores das unidades de engenharia e manutenção predial da Justiça do Trabalho;
- VI - assessorar o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio de laudos técnicos e inspeções, a critério da Presidência, especialmente na avaliação das condições de imóveis, situações emergenciais, situações técnicas que requeiram demolições, imóveis com risco de intervenção de órgãos fiscalizadores ou demais situações que impliquem necessidade de avaliação in loco; e
- VII - prestar consultoria técnica, incluindo vistorias e inspeções, para auxílio à elaboração de projetos básicos e técnicos, à fiscalização e ao monitoramento de obras, à avaliação de termos aditivos e outras questões relacionadas à execução de projetos de engenharia.

Art. 3º A consultoria técnica de que trata o inciso VII do art. 2º poderá ser solicitada pelos Tribunais Regionais do Trabalho, às suas custas, sempre que necessário, sendo avaliada a oportunidade, conveniência e relevância pelo CSJT.

Parágrafo único. É obrigatório constar dos pedidos de consultoria encaminhados ao CSJT os seguintes elementos:

- I - descrição objetiva do problema ou demanda;
- II - justificativa ou motivação;
- III - grau de gravidade, urgência e tendência; e
- IV - documentação pertinente.

Art. 4º O Comitê Nacional de Apoio à Gestão de Obras da Justiça do Trabalho será integrado por:

- I - 1 (um) servidor da Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras do CSJT, que o coordenará, designado pela Presidência do CSJT;
- II - 5 (cinco) servidores de Tribunais Regionais do Trabalho, designados pela Presidência do CSJT.

§ 1º Os integrantes do CNGO serão designados dentre servidores com competência técnica em engenharia ou arquitetura.

§ 2º A vice-coordenação do CNGO será definida na primeira reunião, registrada em ata, com a aprovação da maioria dos membros.

§ 3º A Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras do CSJT poderá solicitar a participação de outros servidores para auxiliar as atividades do Comitê, em caráter provisório e com finalidade específica.

Art. 5º O CNGO estabelecerá calendário anual de reuniões ordinárias, a ser definido na primeira reunião de cada ano, e reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 6º O CNGO reportar-se-á à Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras do CSJT, a qual atuará como Unidade de Apoio Executivo (UAE) do colegiado.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA**
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ATO CSJT.GP.SG.SEJUR N.º 46, DE 28 DE MAIO DE 2025.

Revoga o Ato CSJT.GP.SEJUR n.º 19, de 3 de fevereiro de 2025, e repristina a Resolução CSJT n.º 395, de 22 de novembro de 2024, que adequou o Regimento Interno às regras de julgamento virtual estabelecidas na Resolução CNJ n.º 591, de 23 de setembro de 2024.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando os avanços no desenvolvimento do sistema de julgamento virtual do Tribunal Superior do Trabalho, em uso pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e

considerando o teor do Processo Administrativo SEI n.º 6024339/2024-00,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o Ato CSJT.GP.SEJUR n.º 19, de 3 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Fica repristinada a vigência da Resolução CSJT n.º 395, de 22 de novembro de 2024.

Art. 3º Republicue-se o Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, aprovado pela Resolução CSJT n.º 382, de 24 de maio de 2024, consolidando as alterações efetivadas pela Resolução CSJT n.º 395, de 22 de novembro de 2024, e pela Resolução CSJT n.º 404, de 16 de dezembro de 2024.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro **ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA**
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ATO Nº 193/CSJT.GP.SE.ASGP, DE 9 DE OUTUBRO DE 2008 (*) (Republicação)

Regulamenta as descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ad referendum do Colegiado,

considerando o disposto no art. 4º da Lei n.º 11.416/2006; no Anexo I da Portaria Conjunta n.º 3/2007, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e na Resolução n.º 47/2008, editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

RESOLVE:

Art. 1º As descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais do Trabalho são os constantes do Anexo Único deste Ato.

Parágrafo único. Os cursos indicados como requisito para ingresso nos cargos deverão estar de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho, por intermédio da unidade competente, encaminharão à Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho propostas de alteração das descrições das atribuições dos cargos e/ou dos requisitos para ingresso, com as respectivas justificativas, para validação e alteração, se for o caso. (Redação dada pelo Ato CSJT.GP.SG.CGPES N.º 127, de 18 de maio de 2018)

Parágrafo único. As alterações a que se refere o caput deste artigo serão efetuadas por ato do Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Publique-se.